

ENTRE LIKES E LAPSES: Reflexões sobre a fragilidade da memória na era dos algoritmos¹

BETWEEN LIKES AND LAPSES: Reflections on the fragility of memory in the algorithmic era

Nicolly Barbosa Credi-Dio²
Rafael da Silva Paes Henriques³

Resumo: O avanço das tecnologias digitais e a popularização das plataformas transformaram profundamente as dinâmicas sociais, posicionando os algoritmos no centro das decisões cotidianas. Este artigo investiga como a lógica algorítmica influencia a preservação e o acesso à memória coletiva, com base em uma revisão bibliográfica fundamentada em autores como Dean (2021), Fisher (2023), Hirst (2021), Jurno (2021), Martins (2020), Moretzsohn e Schneider (2022), além de pesquisadores da memória. Desse modo, o estudo pretende contribuir para o debate teórico sobre as interações entre tecnologia, memória e comunicação. Os resultados obtidos por meio da análise apontam que o controle exercido por grandes empresas de tecnologia sobre a circulação de informações determina, em grande medida, o que é lembrado ou esquecido no ambiente digital.

Palavras-Chave: Memória. Comunicação. Algoritmos. Plataformas digitais.

Abstract: The advancement of digital technologies and the popularization of platforms have profoundly transformed social dynamics, placing algorithms at the center of everyday decision-making. This article investigates how algorithmic logic influences the preservation and access to collective memory, based on a bibliographic review grounded in authors such as Dean (2021), Fisher (2023), Hirst (2021), Jurno (2021), Martins (2020), Moretzsohn, and Schneider (2022), as well as memory researchers. Thus, the study aims to contribute to the theoretical debate on the interactions between technology, memory, and communication. The results obtained through the analysis indicate that the control exerted by major technology companies over the circulation of information largely determines what is remembered or forgotten in the digital environment.

Keywords: Memory. Communication. Algorithms. Digital platforms.

¹ Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Estudos de Memória e Comunicação. 34º Encontro Anual da Compós, Universidade Federal do Paraná (UFPR). Curitiba - PR. 10 a 13 de junho de 2025.

² Mestranda do Programa de Pós-graduação em Comunicação e Territorialidades da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), bolsista CAPES. E-mail: nicollycredidio@gmail.com.

³ Pós-doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). E-mail: rafaelpaesh@gmail.com.

1. Introdução

Em um mundo cada vez mais mediado pela tecnologia digital, as plataformas se tornaram parte indissociável da vida cotidiana (Jurno, 2021; Moretzsohn e Schneider, 2022). Por meio delas, usuários escolhem todos os dias o que comer, qual meio de transporte utilizar, qual filme assistir e até mesmo com quem desejam se relacionar. Embora essas plataformas sejam frequentemente vistas como facilitadores, uma vez que aparecem incorporadas ao cotidiano como “um simples e inofensivo conjunto de instrumentos para aproximar as pessoas, diverti-las e torná-las mais felizes” (Moretzsohn e Schneider, 2022, p. 110), elas atuam como complexas máquinas de visibilidade controladas por algoritmos (Jurno, 2021).

Os algoritmos são conjuntos de instruções responsáveis por filtrar, selecionar e ordenar os conteúdos exibidos na plataforma com base nos interesses das corporações. Portanto, não constituem modelos matemáticos meramente objetivos, estão “subjetiva e ideologicamente alinhados a quem os controla” (Jurno, 2021, p. 49). Operando nessa lógica, os algoritmos desempenham um papel crucial na definição prévia do que será consumido, compartilhado e, por consequência, do que será lembrado. Isso porque, ao definir qual conteúdo deve ser exibido para os usuários, os algoritmos também determinam, de forma implícita, o que será relegado ao esquecimento.

Conforme enfatiza Jurno (2021), ainda que a utilização de artefatos midiáticos de forma ideológica não seja uma novidade, é necessário reconhecer que as plataformas e seus algoritmos concederam a essa discussão uma nova dimensão, tendo em vista que os incontáveis dados que detêm intensificam seu poder de prever e moldar o comportamento do usuário a favor da lucratividade das plataformas. Desse modo, os algoritmos utilizam o imenso repertório de informações que acumulam sobre o usuário para induzi-lo a determinadas ações, a partir do que escolhem nos mostrar e esconder com base em critérios ocultos.

Assim, “nossos gostos e acesso ao mundo têm sido moldados e influenciados pela ação dos algoritmos a partir do que eles definem como o nosso interesse” (Jurno, 2021, p. 53). Essa crescente capacidade dos algoritmos de moldar narrativas coletivas, influenciar comportamentos e até mesmo redefinir práticas levanta uma questão: em que medida o controle algorítmico das informações afeta a capacidade dos sujeitos de acessar memórias

coletivas que contribuem para a constituição de sua própria identidade, especialmente em um ambiente dominado por interesses corporativos?

Diante disso, o presente artigo tem como principal objetivo investigar como a lógica algorítmica influencia a preservação e o acesso à memória coletiva no ambiente digital, por meio de uma revisão bibliográfica fundamentada em autores como Dean (2021), Fisher (2023), Hirst (2021), Jurno (2021), Martins (2020) e Moretzsohn e Schneider (2022), além de pesquisadores do campo da memória. A seleção das referências adotou como critérios a atualidade, incluindo publicações feitas nos últimos cinco anos (2019-2024), com exceção de textos considerados referenciais no campo. Além disso, a escolha das obras considerou o impacto acadêmico das publicações, medido pelo número de citações no Google Acadêmico. Todos os autores selecionados possuem ao menos 200 citações na plataforma. Optou-se por excluir textos que se limitam a análises técnicas, sem aprofundamento nas implicações sociais e culturais da lógica algorítmica. Ao evidenciar o poder exercido por grandes corporações sobre o que é lembrado ou esquecido no ambiente digital, o estudo busca contribuir para o debate teórico sobre as interações entre tecnologia, memória e comunicação. Ademais, a pesquisa visa fomentar a reflexão sobre como garantir a integridade da memória coletiva frente às transformações tecnológicas em curso.

2. A era dos algoritmos ou capitalismo comunicativo

Na década de 1970, foi inaugurada a Terceira Revolução Industrial, caracterizada pelas tecnologias da inteligência (Bolaño, 2003). Nesse momento, ocorre o desenvolvimento das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) e das redes telemáticas, bem como a tendência ao apagamento das fronteiras entre trabalho manual e intelectual. Essas transformações lançaram as bases para o surgimento da era digital e “as tecnologias da informação e da comunicação se converteram, assim, em uma nova base técnica para a economia capitalista” (Martins, 2020, p. 44).

A eclosão da tecnologia digital e a popularização da internet despertaram euforia ao redor do mundo. A humanidade estava convencida de que o advento dessas ferramentas representaria uma nova era para humanidade, na qual todos teriam voz e as relações desiguais de poder seriam subitamente abolidas (Moretzsohn; Schneider, 2022). O sistema produtor da tecnologia foi o grande propulsor dessa crença, mas a ideia também se alastrou no meio

acadêmico, especialmente no campo da comunicação, no qual “a perspectiva crítica que enxergava no mundo virtual a reprodução dos conflitos sociais e das relações de dominação exercidas historicamente acabou desprezada como arcaica” (Moretzsohn; Schneider, 2022, p. 112).

Contudo, o que se constatou, com o passar dos anos, foi um cenário radicalmente diferente do esperado pelos entusiastas da tecnologia. Contrariando a expectativa de que essas ferramentas ampliariam o acesso ao conhecimento e à capacidade crítica, o desenvolvimento de algoritmos programados para capturar gostos e mapear perfis contribuiu para a formação de bolhas virtuais autorreferentes e resistentes ao contraditório (Moretzsohn; Schneider, 2022). Estudos comprovaram que esses algoritmos são capazes de captar, por exemplo, os preconceitos raciais do usuário com base no tempo que ele leva para reagir a uma publicação de um usuário negro e, em resposta, esse algoritmo remove do *feed* do usuário publicações feitas por pessoas dessa raça (Fisher, 2023).

Na prática, toda pessoa tem algum nível implícito de preconceito racial. Mas os algoritmos das plataformas aparentemente interpretam essas reações de centésimos de segundos como reflexo do que os usuários querem, quando o que esse tipo de atitude sugere é a mente consciente da pessoa levando um instante para vencer o preconceito inconsciente por meio do raciocínio (Fisher, 2023, p. 451).

Além de reforçar preconceitos preexistentes, essa lógica também limita a exposição a narrativas diversas, colocando em xeque o potencial emancipatório inicialmente atribuído às tecnologias digitais. Essa dinâmica evidencia um aspecto ainda mais preocupante: a capacidade inédita das plataformas de monitorar e interpretar detalhadamente os indivíduos, resultando em um acúmulo de conhecimento sobre seus usuários sem precedentes. De acordo com Moretzsohn; Schneider (2022, p. 119):

Isso sugere que o conhecimento que o capital passa a deter sobre as preferências e aversões dos indivíduos – monitorando, indexando, classificando, interpretando sua existência digital, dos “likes” do Facebook a qualquer operação ordinária com cartões de débito ou crédito, na internet ou na rua, passando pela navegação digital e pela geolocalização – torna-se provavelmente maior do que jamais foi, bem como a instrumentalização desse conhecimento em termos comerciais e políticos.

Em consonância com essa ideia, Jurno (2021, p. 47) afirma que, embora a utilização de artefatos midiáticos de forma ideológica⁴ não seja uma temática nova, é necessário

⁴ Aqui, Jurno adota o conceito de "ideologia" de Göran Therborn, “para quem a operação da ideologia se dá pela constituição e padronização da vida dos humanos como seres conscientes e reflexivos em um mundo estruturado e significativo” (2021, p. 49).

reconhecer que “as plataformas e seus algoritmos inauguram uma nova fase, dada a infinidade de dados que têm sobre os consumidores e, consequentemente, maior poder de prever e moldar seu comportamento”. A partir dessa perspectiva, é possível inferir que os algoritmos de fato inauguraram uma nova era, que Dean (2021) nomeia como capitalismo comunicativo. Segundo a autora:

O capitalismo comunicativo se refere à forma do capitalismo tardio em que os valores alardeados como centrais para a democracia se materializam nas tecnologias de comunicação em rede. Ideais relacionados a acesso, inclusão, discussão e participação são percebidos através de expansões, intensificações e interconexões das telecomunicações globais (Dean, 2021, p. 119-120).

Essa nova configuração, fundamentada nas tecnologias de informação e na comunicação em rede, oferece ao capitalismo uma forma mais direta de se apropriar do valor. Sob essa forma, o capitalismo não depende da coisa-mercadoria, em vez disso, ele explora diretamente a substância social. Apesar de existirem outras denominações para designar essa mesma formação, tais como economia do conhecimento, sociedade da informação, e capitalismo cognitivo, o nome escolhido pela autora para tratar dessa forma do capitalismo enfatiza que, nela, a produtividade capitalista é proveniente da expropriação e exploração de processos comunicativos. Isto é, o capitalismo subsume a comunicação, ao cooptar para a produção capitalista processos linguísticos, afetivos e inconscientes, de forma que a comunicação não oferece mais a possibilidade de lugar crítico (Dean, 2021).

Como todas as outras atividades inseridas nesse contexto — as buscas, os cliques, os *likes* e o tempo de tela — a comunicação também é reduzida a dados. Nessa lógica, o valor de uso dos enunciados é substituído pelo valor de circulação. Isso significa que o conteúdo das mensagens não importa, pois elas representam apenas contribuições e, sendo fatos, opiniões, teorias ou mentiras, todas as contribuições têm o mesmo valor (Dean, 2021). As palavras são organizadas em nuvens com base na frequência em que são utilizadas, não por seu significado. Assim, imagens e textos circulam no ambiente digital apartados de valor simbólico, contexto e temporalidade.

Dean (2021) elenca dois tipos de temporalidade que são expropriadas pelo capitalismo comunicativo: a momentânea e a futura. Segundo a autora, a momentânea se perde porque tudo é armazenável, de modo que a noção de instante é substituída pela ideia de

que tudo é permanente, uma vez que ficará salvo nos dispositivos, no cache ou na nuvem. Já a dimensão de futuridade é perdida pois os algoritmos são capazes de prever e intervir no futuro, dessa forma, eliminam a possibilidade de surpresas. Desse modo, “a futuridade se aparta das narrativas de possibilidade, dos planos que poderíamos fazer e das visões que poderíamos buscar” (Dean, 2021, p. 130).

Neste artigo, busca-se colocar um novo tensionamento: não seria a temporalidade do passado também expropriada pelo capitalismo comunicativo, uma vez que a memória coletiva é submetida à lógica algorítmica? Afinal, embora tudo pareça armazenável e permanentemente acessível, o que pode-se acessar não é o passado em sua complexidade, mas versões fragmentadas e selecionadas por interesses corporativos. A memória, assim, deixa de ser um campo de disputa e construção coletiva e transforma-se em um repositório moldado para atender às lógicas de consumo das plataformas. Para responder a essa questão, propõe-se compreender, em primeiro lugar, o que é a memória coletiva e, em seguida, como os algoritmos a impactam.

3. As novas configurações da memória

Halbwachs (2004) inaugurou o conceito de memória coletiva, ao disseminar a compreensão de que a memória individual não existe isoladamente, mas está intrinsecamente ligada aos grupos sociais dos quais o indivíduo faz parte. De acordo com o teórico, a memória coletiva é resultado da interação entre as lembranças individuais e o contexto social em que elas são evocadas. Os grupos sociais, como a família, a religião e a nação, fornecem estruturas, normas e referências que moldam a forma como as memórias são organizadas, preservadas e compartilhadas. Portanto, lembrar não é um ato isolado, mas uma prática coletiva que só é possível a partir de um grupo. Nesse sentido, Halbwachs (2004, p.34) destaca que:

Não é suficiente reconstituir peça por peça a imagem de um acontecimento do passado para se obter uma lembrança. É necessário que esta reconstrução se opere a partir de dados ou de noções comuns que se encontram tanto no nosso espírito como no dos outros.

Segundo o autor, a memória é o que preserva o vínculo entre o passado e presente, uma vez que mantém um acontecimento “vivo ou capaz de viver na consciência do grupo que a mantém” (Halbwachs, 2004, p. 81). A memória coletiva, assim, fornece um senso de

continuidade ao grupo, permitindo que seus membros se reconheçam como parte de uma história comum. A identidade de um grupo é moldada pelas memórias que ele compartilha e preserva, e, reciprocamente, essas memórias são estruturadas pela perspectiva e pelos valores do grupo. Por isso, a memória coletiva desempenha um papel fundamental na construção de identidades e na preservação da história. Por meio dela, sociedades moldam narrativas sobre o passado, reconhecem sua identidade no presente e projetam suas aspirações para o futuro.

Contudo, a memória não está dada, ela é constantemente disputada por diferentes grupos que reivindicam a sua própria forma de contar a história. Halbwachs (2004) enfatiza que a memória coletiva é moldada pelas necessidades e circunstâncias dos grupos, que escolhem lembrar certos eventos e esquecer outros com a finalidade de sustentar uma narrativa que apoie sua autocompreensão e legitimidade. Em concordância com essa concepção, Rosas (2009, p. 86) argumenta que:

A Memória não é uma “coisa” em si mesma, jazente intelectual e passiva sob as poeiras do passado, na espera de que a tomem; não é um ente pairando univocamente asséptico sobre os conflitos atuais e passados ou sobre as paixões e as escolhas que eles exprimem. Na realidade, os diferentes tipos de investimento em torno da Memória surgem-nos como um processo social complexo de construção das legitimidades que sustentam as formas de estar, de transformar ou de conservar o mundo em que vivemos.

Essa disputa pela memória é particularmente evidente nos esforços que o capitalismo empenha com o objetivo de se autopreservar. Como destaca Rosas (2009), o sistema capitalista adota estratégias de cerco, manipulação e aniquilação da memória, muitas vezes promovendo um esquecimento organizado que apaga registros históricos de lutas e conquistas sociais. Sendo assim, comprehende-se que o pensamento hegemônico totalizante se constrói a partir de silêncios e omissões que moldam uma memória alinhada aos interesses dominantes.

Na era dos algoritmos, essas disputas pela memória assumem novas e complexas configurações. Como observa Jurno (2021), a nossa memória está cada vez mais atrelada à ação de agentes sociotécnicos — os algoritmos — aos quais recorremos progressivamente para organizar e armazenar informações. As plataformas digitais tornam-se, assim, repositórios de memória mediados por algoritmos responsáveis pela seleção, hierarquização e disseminação de conteúdos. No entanto, essas máquinas de visibilidade favorecem

determinados discursos e rebaixam outros ao esquecimento, tornando-se atores centrais na disputa pela memória coletiva.

Quando as plataformas configuram critérios que regem seus algoritmos, ensinando o que vão levar em consideração na seleção, também ensinam o que deverá ser escondido. Dar visibilidade a uma questão, uma informação ou um conteúdo implica necessariamente colocar outros vários na sombra (Jurno, 2021, p. 49).

Essa dinâmica revela uma característica central das novas configurações da memória: sua crescente dependência das estruturas digitais e das dinâmicas econômicas que as orientam. Enquanto os algoritmos promovem a visibilidade de conteúdos que maximizam engajamento e lucro, deixam à margem registros históricos, culturais e sociais que constituem identidades coletivas e desafiam a ordem vigente.

Contudo, ainda que a lógica algorítmica influencie a forma como o passado é acessado e lembrado no ambiente digital, outras formas de registro e transmissão da memória persistem, tanto no meio off-line quanto em espaços digitais alternativos. Arquivos públicos, iniciativas comunitárias e redes independentes desempenham um papel fundamental na preservação e circulação de narrativas que poderiam ser silenciadas pelas estruturas mercadológicas predominantes. Assim, a busca pela preservação e pelo acesso à memória coletiva exige não apenas questionar como os algoritmos selecionam e organizam informações, mas também reconhecer e fortalecer estratégias que desafiam essa lógica, ampliando as possibilidades de resistência e reapropriação da memória no contexto digital.

4. Plataformas e algoritmos do esquecimento

Por trás das interfaces visíveis, as plataformas digitais constituem mais do que meros meios de acessar determinado conteúdo ou serviço. Elas são regidas por protocolos que codificam interesses políticos e econômicos: os algoritmos. Alimentados por vastos conjuntos de informações, eles utilizam modelos matemáticos e estatísticos para prever comportamentos, maximizar o engajamento e direcionar o consumo. “Eles não definem o que queremos ou como agimos, mas acabam impactando nossas escolhas ao direcionar determinados conteúdos, baseados na leitura e no uso que fazem dos nossos dados pessoais” (Martins, 2020, p. 15).

Embora o caráter matemático conceda aos algoritmos uma suposta subjetividade, eles funcionam como processos automatizados de seleção, análise e hierarquização de dados a partir de critérios subjetivos. A lógica por trás dessas escolhas não é transparente para os usuários. O que se vê, portanto, é apenas o produto de decisões algorítmicas. Apesar de não compreender plenamente como se dá o desenvolvimento e funcionamento desses algoritmos, como observa Jurno (2021), o usuário continua a delegar a esses artefatos sociotécnicos importantes decisões que o afetam. Como orienta Jurno (2021, p. 49):

Quando uma plataforma afirma que seus algoritmos atuam selecionando conteúdos "úteis", "relevantes", "recentes" - termos vagos relativos comumente usados para justificar a seleção algorítmica -, precisamos entender como foram definidos esses critérios que não são naturais nem intrínsecos a eles.

Hirst (2021) afirma que as plataformas são construídas para disseminar conteúdos que promovam engajamento. Ou seja, seus algoritmos não são formulados para conectar os usuários ao conteúdo que lhe será mais útil, e sim ao que será revertido em maior receita. Dessa forma, os algoritmos criam um ambiente no qual narrativas polarizadoras, emocionais ou sensacionalistas tendem a receber mais destaque. Isso porque “conteúdo controverso, altamente emotivo e estimulante é lucrativo porque é psicologicamente excitante e recompensador” (Hirst, 2021, p. 94). O mecanismo de visibilidade está, portanto, intimamente ligado às lógicas mercadológicas.

Deve-se ter em mente que a maioria das plataformas lucra com a venda de anúncios ao usuário ou de dados dos usuários a outras empresas e, para qualquer um desses fins, é necessário que seja despendido tempo nessas plataformas (Jurno, 2021). Por isso, são priorizados conteúdos que irão prender a atenção do usuário e mantê-lo rolando o *feed* por mais tempo. Nesse processo, informações como registros históricos de lutas sociais, memórias de grupos minorizados ou eventos que contradizem narrativas dominantes, podem ser sistematicamente suprimidas ou relegadas ao esquecimento. Ou seja, ainda que esse tipo de conteúdo seja produzido e veiculado nessas plataformas, o acesso a ele é dificultado pela lógica algorítmica.

Como resultado, os algoritmos tornam-se cúmplices de uma forma de apagamento histórico que reforça desigualdades e perpetua assimetrias de poder. Sobre esse aspecto dos algoritmos, Joy Buolamwini explica que (apud Jurno, 2021): "Tal como o preconceito

humano, [o viés algorítmico] resulta em desigualdade. Porém, os algoritmos, assim como os vírus, podem espalhar o viés em grande escala e rapidamente".

Além disso, os algoritmos são programados para aprender com os comportamentos dos usuários. Esse aprendizado de máquina, também nomeado de *machine learning*, significa que as preferências e interações individuais mapeadas durante o tempo de permanência na plataforma moldam o que será exibido no futuro. Embora isso possa parecer uma forma de personalização benéfica, na prática, cria bolhas informacionais nas quais os usuários são expostos apenas a conteúdos que reforçam suas visões pré-existentes.

Pariser (2012) descreve a bolha dos filtros como um ambiente social altamente personalizado, moldado por sistemas de recomendação que filtram automaticamente as informações com base em previsões sobre o comportamento e os interesses individuais dos usuários. Esses sistemas desenvolvem e aperfeiçoam continuamente um perfil de cada pessoa, influenciando as informações e ideias às quais ela tem acesso. Como resultado, cada usuário passa a interagir com um universo informacional único, sem plena consciência dos critérios que determinam essa seleção.

Por não escolhermos os critérios que os sites usarão para filtrar os diversos assuntos, é fácil intuirmos que as informações que nos chegam através de uma bolha de filtros sejam imparciais, objetivas, verdadeiras. Mas não são. Na verdade, quando as vemos de dentro da bolha, é quase impossível conhecer seu grau de parcialidade (Pariser, 2012, p. 12).

Assim, sem que percebam, as pessoas passam a viver em um ambiente informacional filtrado, o que gera impactos tanto individuais quanto coletivos (Pariser, 2012). Segundo Pariser (2012), um dos principais efeitos desse fenômeno é a redução do contato com ideias inesperadas, que muitas vezes são o ponto de partida para novos aprendizados e processos criativos. Isso porque a inovação nasce do encontro entre diferentes áreas do conhecimento e contextos culturais diversos, mas, em um ambiente excessivamente personalizado, essas conexões se tornam cada vez mais raras. Além disso, quando as informações disponíveis reforçam apenas aquilo que já é familiar, perde-se a oportunidade de questionar crenças, desafiar preconceitos e expandir horizontes, limitando não apenas o aprendizado individual, mas também a capacidade de transformação da sociedade.

Esse fenômeno pode ser observado com clareza nas redes sociais, onde a disseminação de fake news frequentemente supera o alcance de informações verificadas (Hirst, 2021). Isso ocorre porque os algoritmos priorizam o alcance e o engajamento, sem distinguir entre conteúdo verdadeiro e falso, favorecendo narrativas que reforçam crenças preexistentes. Como consequência, o esquecimento não se limita à invisibilização de certos conteúdos, mas se estende à substituição de memórias sociais verificáveis por versões distorcidas ou fabricadas do passado. Nesse sentido, o desligamento das pessoas das notícias institucionais, aliado ao estímulo para que descubram e compartilhem seus próprios "fatos" por meio das mídias sociais, cria uma dinâmica que, segundo Hirst (2021, p. 94), age como uma "droga" poderosa. Essa combinação fomenta ainda mais a dissociação e a desconexão da realidade, agravando os impactos da lógica algorítmica sobre a memória coletiva.

O impacto dos algoritmos sobre a memória também se estende à preservação digital de registros históricos e culturais, uma vez que a curadoria automatizada de conteúdos nas plataformas digitais privilegia aquilo que é considerado "relevante" no curto prazo, enquanto outros registros são destinados a um espaço de difícil acesso. Por exemplo, obras literárias, artísticas e documentais que não geram engajamento imediato ou que pertencem a culturas marginalizadas podem desaparecer gradativamente do espaço digital. Esse processo agrava a desigualdade no acesso à memória, privilegiando as vozes dominantes. Em outras palavras, “a comunicação em rede não elimina a hierarquia, como acreditávamos, ela a fortalece, à medida em que usa nossas escolhas contra nós mesmos” (Dean, 2021, p. 126).

Além disso, os algoritmos desempenham um papel central na reprodução de desigualdades globais. Países e comunidades que têm menos acesso a tecnologias avançadas e infraestruturas digitais sofrem maior risco de exclusão de suas memórias e narrativas no ambiente digital. A concentração de poder nas mãos de poucas corporações tecnológicas, majoritariamente localizadas em países do Norte Global, exacerba essa assimetria. Como resultado, a memória coletiva global é moldada de acordo com interesses geopolíticos e econômicos que não refletem a diversidade das experiências humanas.

Todos esses elementos convergem com a concepção de Dean (2021), que define o capitalismo comunicativo como um sistema estruturado pela competição, divisão e desigualdade. Nesse cenário, não se pode interpretar o ambiente digital como uma esfera

pública destinada à deliberação racional ou à tomada de decisões democráticas. Trata-se de um espaço onde “números importam mais que conteúdo, onde quantos toma o lugar do como, onde a correlação substitui a causalidade”. (Dean, 2021, p. 124).

Essa lógica quantitativa e superficial, amplificada pelos algoritmos, transforma essas ferramentas em mais do que meros mecanismos tecnológicos: são instrumentos de poder que moldam as formas como as sociedades lembram e esquecem. Dessa maneira, além de constituírem “máquinas de visibilidade”, como nomeia Jurno (2021), os algoritmos também se configuram como poderosos aparelhos de produção do esquecimento organizado. Isso porque, ao operar de maneira seletiva e direcionada, os algoritmos reconfiguram as bases da memória coletiva, reproduzindo desigualdades e ameaçando a preservação de narrativas históricas que por ventura possam desafiar as leituras dos grupos dominantes.

Enfrentar essa engrenagem exige, como sugere Martins (2020, p. 38), “questionar as visões e representações dominantes e construir outras que sejam próprias das classes subalternas.” (Martins, 2020, p. 38).

5. Considerações finais

A partir do percurso teórico traçado, torna-se evidente que o avanço das tecnologias digitais e a ascensão das plataformas mediadas por algoritmos transformaram radicalmente as dinâmicas de consumo e comunicação. Este artigo procurou demonstrar que, apesar da promessa inicial de que essas tecnologias promoveriam a democratização da informação, contribuindo para a ampliação do acesso à memória coletiva, as plataformas digitais têm desempenhado um papel central na instrumentalização da memória em benefício de interesses corporativos.

A lógica algorítmica, conforme discutido, não apenas organiza os dados digitais, mas também redefine o que é lembrado ou esquecido no ambiente digital. Nesse processo, os algoritmos atuam como curadores invisíveis que selecionam e moldam a memória coletiva com base em critérios econômicos e políticos. Assim, o que se apresenta como um repositório acessível e infinito de informações é, na verdade, fragmentado e filtrado por interesses hegemônicos.

A partir da perspectiva crítica dos autores abordados, observou-se que o capitalismo comunicativo inaugurou não só a expropriação das temporalidades do presente e do futuro, mas também uma apropriação inédita do passado. Nesse modelo, a memória que tradicionalmente era concebida como uma construção coletiva transformou-se em um mosaico de passados fragmentados, moldado e limitado pelas plataformas. Essa nova configuração ameaça tanto a integridade da memória coletiva, como a capacidade das sociedades de reinterpretar criticamente suas narrativas e identidades.

No entanto, diante dos desafios, emergem também possibilidades de resistência e transformação, pois, como destaca Pariser (2012), a internet não está condenada a ser um espaço de confinamento informacional, uma vez que sua natureza plástica permite mudanças significativas. Ainda é possível criar mecanismos que nos levem por novos caminhos e contribuam para a preservação da memória coletiva nesse cenário.

O primeiro passo que deve ser dado nesse sentido é tornar os sistemas mais transparentes para o público, “para que possamos discutir o modo como eles exercem suas responsabilidades” (Pariser, 2012, p. 155). Para isso, torna-se imprescindível empreender luta em torno de uma regulação mais robusta das plataformas digitais, com foco na transparência dos algoritmos e na garantia do acesso público à informação. Como argumenta Pariser (2012), transparência não se limita à simples exposição do funcionamento interno de um sistema ao público. Mais do que isso, ela envolve a compreensão intuitiva, por parte dos usuários, sobre como essas plataformas operam, o que permite às pessoas exercer controle sobre as ferramentas digitais, em vez de serem controladas por elas.

Além disso, mostra-se essencial promover a alfabetização midiática e digital, capacitando os cidadãos a compreender criticamente como os algoritmos funcionam, visto que estes “cada vez mais terão que julgar sistemas informáticos que afetam a vida pública e nacional” (Pariser, 2012, p. 154). Só então, munidos desse conhecimento, os usuários irão se tornar aptos a decidir de forma consciente se desejam conceder seus dados às plataformas e confiar nelas para o armazenamento e gestão de seus passados, presentes e futuros.

Por fim, este artigo aponta para a necessidade de futuras investigações. Pesquisas do campo da comunicação que aprofundem as interações entre a memória coletiva e os algoritmos mostram-se essenciais para compreender as implicações dessas transformações e

para propor estratégias que fortaleçam a defesa da memória, em um cenário marcado por constantes mudanças tecnológicas e sociais. Enfrentar os desafios do presente exige um compromisso com a construção de estratégias que resgatem a memória como um espaço de disputa democrática e possibilitem o acesso a narrativas críticas essenciais para o futuro das sociedades.

Referências

- BOLAÑO, César Ricardo Siqueira. **“Da derivação à regulação: para uma abordagem da indústria Cultural”**. Revista EPTIC, vol. 3, p. 60-93, set.-dez. 2003.
- DEAN, Jodi. Capitalismo comunicativo e luta de classes. **Lugar Comum – Estudos de mídia, cultura e democracia**, 61, 115-138, 2021.
- Entrevista com Martin Hirst. A desinformação sob a ótica da Economia Política da Comunicação. **Revista EPTIC**, vol. 23, no 1, jan.-abr. 2021.
- FISHER, Max. **A máquina do caos:** como as redes sociais reprogramaram nossa mente e nosso mundo. São Paulo: Todavia, 2023.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.
- JURNO, Amanda C. Plataforma, algoritmos e moldagem de interesses. **Revista Margem Esquerda**, 36. São Paulo: Editora Boitempo, 2021.
- MADUELL, Itala. O jornal como lugar de memória: reflexões sobre a memória social na prática jornalística. **Revista Brasileira de História da Mídia (RBHM)**, v.4, n.1, p. 31-39, 2015. Disponível em: <https://www.ojs.ufpi.br/index.php/rbhm/article/view/4007/2352>. Acesso em: 5 jan. 2025.
- MARTINS, Helena. **Comunicações em tempos de crise:** economia e política. São Paulo: Expressão Popular, 2020.
- MORETZSOHN, Sylvia e SCHNEIDER, Marco. Sobre flores, grilhões, consciência e afetos: a disputa pela captura do gosto para desmontar as engrenagens de produção social da ignorância. **Revista EPTIC**, v. 24, n.1, p. 107-124, 2022.
- PARISER, Eli. **O filtro invisível – o que a Internet está escondendo de você**. 1. Ed. Tradução: Diego Alfaro. Rio de Janeiro: Zahar, 2012. 254p.
- ROSAS, F. M. SEIS TESES SOBRE MEMÓRIA E HEGEMONIA, OU O RETORNO DA POLÍTICA. **Germinal: marxismo e educação em debate**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 84–87, 2014. DOI: 10.9771/gmed.v1i1.9840. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/9840>.